

1316 ONGs de 174 países pedem a renovação do mandato do Expert Independente em proteção contra violência e discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero na ONU

41a sessão do Conselho de Direitos Humanos

Declaração entregue por: Phylesha Brown-Acton

Em todo o mundo, milhões de pessoas enfrentam violações de direitos humanos e abusos por causa de sua orientação sexual ou identidade sexual (OSIG) real ou percebida. Esses abusos incluem: assassinatos e execuções extrajudiciais; tortura, estupro e violência sexual; desaparecimento forçado; deslocamento forçado; criminalização; detenções arbitrárias; chantagem e extorsão; violência policial e assédio; assédio moral; estigmatização; discurso de ódio; não-reconhecimento da identidade de gênero auto percebida; tratamento médico forçado e/ou esterilização forçada; repressão dos direitos à liberdade de expressão, associação e reunião, religião ou crença; ataques e restrições a defensor@s de direitos humanos; negação de serviços e acesso prejudicado à justiça; discriminação em todas as esferas da vida, incluindo no emprego, saúde, habitação, educação e tradições culturais; e outras formas múltiplas e interseccionais de violência e discriminação. Essas graves e generalizadas violações ocorrem em situações de conflito e não-conflito, são perpetradas por atores estatais e não-estatais (incluindo as famílias e comunidades das vítimas) e impactam todas as esferas da vida.

Em 2016, este Conselho de Direitos Humanos tomou medidas definitivas para abordar sistematicamente esses abusos, promover reformas positivas e compartilhar as melhores práticas - por meio de relatórios regulares, diálogo construtivo e engajamento - e criou um Expert Independente na proteção contra violência e discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero.

Este Conselho considerou o mandato uma ferramenta essencial para responder ao vasto conjunto de evidências dessa violência e discriminação em todas as regiões do mundo e seguiu recomendações do sistema de direitos humanos da ONU - incluindo os órgãos de tratado, o Conselho de Direitos Humanos, seus Procedimentos Especiais e da Revisão Periódica Universal (UPR), os dados do Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos, e muitos outros.

Os dois titulares de mandatos examinaram essas questões em maior profundidade por meio de relatórios, visitas a países, comunicações e declarações emitidas nos últimos três anos. Eles identificaram as causas raízes e abordaram a violência e a discriminação enfrentadas por grupos específicos, incluindo lésbicas, bissexuais, trans e pessoas de gênero diverso.

O mandato também acolheu o progresso e identificou as melhores práticas de todas as regiões do mundo, incluindo a descriminalização, o reconhecimento legal da identidade de gênero, as leis antidiscriminatórias e as leis contra

crimes de ódio que incluem OSIG. Todo o tempo, continuando a se engajar em um diálogo construtivo e ajudar os Estados a implementar e cumprir ainda mais o direito internacional dos direitos humanos, bem como colaborando com os mecanismos, agências, fundos e programas da ONU e outros órgãos nos sistemas internacionais e regionais.

Para pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero em todo o mundo, esse mecanismo e seu trabalho têm sido um farol de esperança de que a violência e a discriminação não serão ignoradas; e desde 2016, houve progresso em muitas áreas em todas as regiões, inclusive em países que descriminalizaram relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo, reconheceram legalmente a identidade de gênero das pessoas e promulgaram leis contra discriminação e crimes de ódio que incluem OSIG.

Apesar desses avanços positivos, até hoje, 69 países ainda criminalizam atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, sete com pena de morte. Alarmantemente 3000 assassinatos de pessoas trans e de gênero diverso foram relatados em 72 países na última década. Lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans e de gênero diverso enfrentam discriminação e violência diárias em todos os lugares.

A decisão dos membros do Conselho de renovar este mandato enviaria uma mensagem clara de que a violência e a discriminação contra pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero não podem ser toleradas. Reafirma-se que é necessária uma atenção específica, embasa e sistemática para abordar essas violações dos direitos humanos e garantir que as pessoas LGBT possam viver uma vida digna.

Nós 1316 ONGs de 174 países de todo o mundo pedem a este Conselho para garantir que continue a construir um mundo onde todas as pessoas possam viver livre de violência e discriminação. Para permitir que este trabalho importante e inacabado continue, pedimos que vocês renovem o mandato do Expert Independente sobre violência e discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero.